



Handwritten signature and initials

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS



[Handwritten signatures]

ÍNDICE

1	Objecto	3
2	Tipo e fonte das informações pessoais	4
2.1	Forma de recolha.....	5
3	Finalidade do tratamento e fundamentação legal.....	6
3.1	Para gestão e execução do contrato no qual o titular dos dados é parte, ou outras diligências pré-contratuais solicitadas pelo titular dos dados (Art. 6.º n.º1 alínea b) RGPD)..	6
3.2	No âmbito de um interesse legítimo (Art. 6.º n.º1 alínea f) RGPD)	6
3.3	Com base no seu consentimento (Art. 6.º n.º 1 alínea a) RGPD).....	6
3.4	Por imperativo legal (Art. 6.º n.º 1 alínea c) RGPD)	6
4	Direitos dos titulares dos dados relativamente às informações pessoais	7
5	Exercício dos direitos dos titulares dos dados.....	7
6	Categorias de pessoas que podem ter acesso à informação	7
7	Terceiros a quem a informação poderá ser comunicada	8
8	Transferências internacionais de dados pessoais	8
9	Carácter opcional ou obrigatório do consentimento prestado pelo titular dos dados.....	9
10	Segurança	9
11	Prazo de preservação, conservação e eliminação de dados pessoais.....	9
12	Dados referentes a titulares de dados menores de 13 anos.....	9
13	Oposição à recepção de contactos para fins de divulgação de atividades	10
14	Alterações à política de privacidade.....	10



INTRODUÇÃO

A Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha, adiante designada por ACDSFVR, respeita e valoriza a privacidade dos seus clientes, colaboradores, parceiros, fornecedores e restantes titulares de dados com quem se relaciona e tem como prática, desde a sua fundação, proteger por todos os meios possíveis os seus dados pessoais.

Dados Pessoais são qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, relativa a uma pessoa singular, direta ou indiretamente, identificada ou identificável (titular dos dados).

O objetivo deste documento é dar visibilidade e transparência às práticas e mecanismos de tratamento de dados pessoais sob a responsabilidade da ACDSFVR, reiterando o compromisso para com o cumprimento escrupuloso da legislação aplicável nesta matéria.

Como compromisso na garantia de privacidade, patente na sua cultura organizacional, a ACDSFVR definiu um âmbito de aplicação das regras de privacidade ao abrigo da legislação em vigor, destinado a garantir um cumprimento integral das regras neste domínio, em todas as actividades desenvolvidas.

1 Objecto

A presente política descreve o modo como a ACDSFVR procede ao tratamento das informações pessoais dos titulares dos dados (também designados por "titular" ou "titulares"), nos termos do artigo 13.º do Regulamento Geral da UE sobre a Proteção de Dados (a seguir designado por "RGPD"), assim como de que forma se processa a sua utilização, partilha, acesso, alteração e eliminação.

A presente política abrange todas as operações envolvendo dados pessoais, tais como a recolha, registo, estruturação, conservação, alteração, recuperação, consulta, utilização, divulgação por transmissão, comparação ou interconexão, limitação, apagamento ou destruição.

Todas as informações pessoais transmitidas pelos titulares dos dados à ACDSFVR são utilizadas, exclusivamente, para as finalidades para que forem recolhidas nos termos desta política de privacidade.

A presente Política de Privacidade estabelece o modo e os termos do tratamento dos seus dados pessoais, dos titulares dos dados e também, designadamente:

- Finalidades do tratamento dos dados
- Fundamento legal da recolha de dados
- Destinatários ou categorias de destinatários dos dados pessoais
- Existência ou não de transferências internacionais de dados
- Prazo de conservação dos dados
- Existência e forma de exercer os direitos enquanto titular de dados
- Direito de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo



A presente Política de Privacidade poderá, a todo o tempo, ser objeto de alteração ou revisão, sendo quaisquer alterações ou revisões devidamente divulgadas e comunicadas via e-mail, por correio ou no website da Instituição e imediatamente disponibilizadas na sede Instituição.

2 Tipo e fonte das informações pessoais

Tratamos os dados pessoais que recebemos no âmbito da relação de prestação de serviços com clientes ou potenciais clientes, na relação contratual com colaboradores (incluindo estagiários e voluntários), com fornecedores/parceiros, com outros utilizadores e no âmbito do cumprimento das obrigações legais e regulamentares aplicáveis. Além disso, tratamos dados pessoais fornecidos por outras entidades ou de terceiros sempre que tal seja relevante (por exemplo, para a realização de um estágio, de um programa ocupacional ou com base num consentimento seu). Por outro lado, tratamos dados pessoais que, sempre que seja relevante, recebemos de organismos públicos ou privados, como por exemplo a Segurança Social, sempre que estejamos legitimados para tal nos termos da lei.

Entre outros, consideramos o tratamento de dados pessoais que possam ser necessários e/ou relevantes, aqueles que são requeridos no início da relação com o titular ou cliente ou potencial cliente, ou colaborador/ potencial colaborador, fornecedor ou parceiro, e/ou outros utilizadores ou no processo de contratação, controlo e/ou seguimento de um serviço específico ou dentro de uma das nossas respostas sociais, incluindo os seguintes:

Área sénior: Nome, nº sócio, data de nascimento, idade, estado civil, morada completa, telefone / telemóvel, nº BI/CC, NIF, NISS, Nº SNS, última profissão, E-mail de contacto, nome de alguém da sua relação próxima a frequentar a instituição, nº de elementos do agregado familiar, motivo do pedido, serviços solicitados, rede social/ suporte, grau isolamento social, contexto sociofamiliar, caracterização socioeconómica, situação funcional/dependência, caracterização da situação de saúde (relatórios médicos), assinaturas manuscritas, grau de escolaridade, nacionalidade e língua, avaliação multidimensional (avaliação física, funcional, cognitiva e emocional, socioeconómica e outras avaliações) decorrente das escalas aplicadas, gosto/ interesses de atividades, informações sobre rendimentos, imagem.

Área Infantil: Nome, data de nascimento, idade, naturalidade, nacionalidade, morada completa, telefone / telemóvel, nº BI/CC, NIF, NISS, Nº SNS, E-mail de contacto, boletim de vacinas, declaração médica, nome do médico de família ou pediatra, problemas de saúde relevantes, alergias, medicação, hábitos de sono, alimentação, necessidades especiais, irmãos a frequentar o estabelecimento, desenvolvimento psico-motor, horário de frequência do estabelecimento, frequência de outras respostas sociais, avaliação inicial, desenvolvimento da criança, cópia da regulação dos direitos parentais e serviços solicitados, nº de elementos do agregado familiar, nome, parentesco, data de nascimento, profissão, habilitações literárias, rendimento social de inserção, rendimentos mensais ilíquidos do agregado familiar, tipo de habitação, encargos mensais, despesas mensais fixas com a habitação e seu documento comprovativo, cópia da declaração de IRS e cópia dos últimos recibos de vencimentos dos pais/responsável.

Ação Social/Programas de Emergência Alimentar: Nome, nº BI/CC, NISS, morada, telefone/telemóvel, caracterização do agregado familiar, rendimentos/despesas do agregado, tipo de sinalização, diagnóstico técnico, tipo de alimentação, horário do fornecimento da refeição, assinaturas manuscritas.



Área de Recursos Humanos: Nome, data de admissão, função, categoria profissional, morada, freguesia, concelho, telefone/telemóvel, e-mail, data de nascimento, naturalidade, n.º documento de identificação, NISS, NIF, n.º carta de condução, habilitações literárias, experiência profissional, conhecimentos técnico-profissionais, certificados de formação, IBAN, estado civil, n.º de dependentes, n.º de dependentes com deficiência, curriculum vitae, assinatura manuscrita, registo criminal, resultado da ficha de aptidão médica, resultados da avaliação de desempenho, período de férias, motivos de baixa, imagem, composição do agregado familiar (nome, parentesco, data nascimento), nome e contacto de pessoa a contactar em situação de emergência).

Gestão de Sócios: Nome, n.º BI/CC, data de nascimento, estado civil, profissão, morada, localidade, código postal, telefone/telemóvel, e-mail, assinatura manuscrita, nome e data de nascimento dos filhos..

Gestão de Formação Profissional (Formandos/Formadores): Nome, n.º BI/CC, NIF, data de nascimento, estado civil, profissão, morada, localidade, código postal, nacionalidade, naturalidade, telefone/telemóvel, e-mail, assinatura manuscrita, habilitações literárias/certificado de habilitações, conhecimento de línguas e informática, frequência de cursos de formação, situação profissional, rendimento social inserção, n.º inscrição no IEFP e num Centro de Qualificação e Ensino Profissional, experiência profissional, curriculum vitae, IBAN, registo criminal.

Outros dados que estejam na documentação entregue à ACDSFVR ou obtida como consequência da relação com o mesmo, tais como Cartão do Cidadão ou outros documentos relevantes de identificação, tanto em suporte físico como digital e, em geral, qualquer documentação e informação dos contactos mantidos com o cliente, colaborador, fornecedor ou parceiro e outros utilizadores, por diferentes meios.

2.1 Forma de recolha

Direta, junto do titular dos dados, nomeadamente através de:

- Pelo preenchimento da ficha de inscrição e demais modelos de preenchimento para efeitos da constituição do seu processo individual (caso cliente, sócio e colaborador);
- No estabelecimento do Contrato (Prestação de Serviços, de Trabalho, de Fornecimento, de Formação Profissional, ou outro);
- Na avaliação e acompanhamento do seu Plano Individual (caso cliente);
- Na avaliação e acompanhamento do seu desempenho e formação profissional (caso colaborador);
- Nas atividades de ação social (caso cliente);
- Na apresentação de uma reclamação (caso cliente, fornecedor ou parceiro).

Tratamos os dados pessoais anteriormente enunciados de acordo com o disposto no RGDP e restante legislação aplicável neste âmbito.



3 Finalidade do tratamento e fundamentação legal

3.1 Para gestão e execução do contrato no qual o titular dos dados é parte, ou outras diligências pré-contratuais solicitadas pelo titular dos dados (Art. 6.º n.º 1 alínea b) RGPD)

O tratamento de dados pessoais é feito com a finalidade de manter a relação da ACDSFVR com o cliente ou potencial cliente, colaborador ou potencial colaborador, fornecedor ou parceiro e outros utilizadores titulares dos dados e para permitir prestar os serviços contratualizados, manter a relação de trabalho, bem como os serviços complementares particularmente para a execução dos nossos contratos consigo e para a execução e tratamento dos seus pedidos (incluindo pedidos de contacto, exposições e reclamações no âmbito das quais nos transmita os seus dados).

3.2 No âmbito de um interesse legítimo (Art. 6.º n.º 1 alínea f) RGPD)

Sempre que necessário, tratamos os seus dados, para salvaguarda de interesses legítimos quer da ACDSFVR quer de terceiros. Exemplos:

- Situações de emergência com encaminhamento para unidades de saúde e hospitalares;
- Ocorrências que impliquem a necessidade de salvaguardar a sua segurança através de entidades policiais;
- Exercício de direitos legais e de defesa em caso de litígios judiciais.

3.3 Com base no seu consentimento (Art. 6.º n.º 1 alínea a) RGDP)

Sempre que nos tenha dado o seu consentimento para o tratamento de dados pessoais para fins específicos (por exemplo, autorização do uso de imagem), realizaremos o tratamento que lhe foi informado e no qual consentiu. O consentimento pode ser revogado a qualquer altura. Tal aplica-se também à revogação de consentimentos informados, que nos tenham sido concedidos antes da entrada em vigor da RGDP, ou seja, antes de 25 de maio de 2018. Queira ter em conta que a revogação aplica-se apenas a situações futuras não tendo assim efeitos retroativos. O tratamento ocorrido antes da revogação não é por ela abrangido.

3.4 Por imperativo legal (Art. 6.º n.º 1 alínea c) RGDP)

Além disso, enquanto instituição particular de solidariedade social, a ACDSFVR está sujeita a diversas obrigações legais (por exemplo, legislação tributária), bem como a disposições relativas à supervisão da atividade (por exemplo, da Segurança Social, Instituto Emprego e Formação Profissional - IEFP, Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego - POISE). Os objetivos do tratamento de dados poderão ser, entre outros:

- Avaliação do cumprimento das obrigações legais e de funcionamento das respostas sociais;
- Avaliação sobre cumprimento do acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social;
- Avaliação do cumprimento das obrigações legais e de funcionamento do Centro de Formação (auditorias IEFP, POISE).



4 Direitos dos titulares dos dados relativamente às informações pessoais

Nos termos previstos na lei, é garantido aos titulares dos dados o direito de acesso, atualização, portabilidade e retificação dos seus dados pessoais, bem como o direito de oposição ao tratamento dos mesmos, devendo para o efeito contactar a ACDSFVR a qualquer altura. Os titulares dos dados têm o direito de recusar, no todo ou em parte, o tratamento.

Os titulares dos dados gozam igualmente dos direitos previstos nos artigos 16.º a 21.º do RGPD (direito de confirmação, «direito a ser esquecido», direito à limitação do tratamento, direito à portabilidade dos dados, direito de oposição) e do direito de apresentar reclamação junto das autoridades supervisoras, devendo para o efeito contactar a ACDSFVR.

Pode igualmente apresentar uma reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), sita na R. de São Bento 148, 1200-031 Lisboa, sobre a forma como a ACDSFVR recolhe e trata dados pessoais.

A ACDSFVR disponibiliza aos titulares de dados por si mantidos instrumentos que possibilitam a atualização e a alteração das informações pessoais transmitidas.

5 Exercício dos direitos dos titulares dos dados

O Responsável pelo Tratamento de Dados do titular dos dados é a ACDSFVR, sediada na Rua Comendador João Duarte Cachulo, nº 2 – Vinha da Rainha, 3130-433 Vinha da Rainha

Para exercer os seus direitos, o Titular dos Dados deverá contactar a qualquer altura, através de uma das seguintes formas colocadas ao seu dispor:

- Dirigindo-se à sede;
- Por email, para o endereço: geral@acdsfvr.pt ;
- Mediante pedido escrito, endereçado à ACDSFVR para a morada: Rua Comendador João Duarte Cachulo, nº 2 – Vinha da Rainha, 3130-433 Vinha da Rainha

6 Categorias de pessoas que podem ter acesso à informação

As informações pessoais transmitidas ou recolhidas, serão tratadas pela ACDSFVR na qualidade de Responsável encarregue pelo Tratamento de Dados. As informações pessoais serão tratadas pelos colaboradores encarregues pelo seu tratamento:

- Trabalhadores, prestadores de serviços e consultores autorizados no fornecimento dos respectivos serviços (por exemplo, Directora Técnica, Coordenadora Formação, Serviços Administrativos, Trabalhadores de Acção Educativa, Trabalhadores de Acção Directa, Directora da Qualidade, Profissionais de Saúde);
- Trabalhadores e técnicos da área Financeira, Administrativa, de Contabilidade e de qualquer outra área relevante da ACDSFVR, na qualidade de pessoas responsáveis pelo tratamento dos dados e/ou subcontratantes internos.



Pode ocorrer subcontratação a prestadores de serviços para a realização, em seu nome, de determinadas operações de tratamento de dados, ou que faculte o acesso a dados pessoais de acordo com as instruções fornecidas pela ACDSFVR em conformidade com a presente Política de Privacidade. Estes prestadores procedem ao tratamento das informações pessoais na qualidade de subcontratantes externos, com base em compromissos contratuais e/ou em declarações de confidencialidade, incluindo, por exemplo:

- Profissionais de saúde em regime de prestação de serviços;
- Fornecedores de serviços relacionados com a gestão da qualidade;
- Fornecedores de serviços relacionados com a gestão de seguros;
- Fornecedores de serviços relacionados com a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (no caso de colaboradores);
- Fornecedores de serviços para gestão, manutenção e desenvolvimento dos sistemas informáticos e do sítio web (por exemplo, domínio do website);
- Fornecedores de serviços relacionados com a contabilidade e jurídico.

Aquando da realização das atividades acima previstas, a ACDSFVR transmite instruções operacionais e normas de conduta em matéria de tratamento das informações pessoais, em conformidade com a presente Política de Privacidade.

7 Terceiros a quem a informação poderá ser comunicada

Os dados voluntariamente fornecidos pelo titular dos dados ao tornar-se cliente, colaborador, fornecedor, parceiro ou outro utilizador, para além da utilização exclusiva, não serão transmitidos a quaisquer outros terceiros sem o prévio consentimento do seu titular.

Não obstante o acima expresso, as informações do titular dos dados podem ser comunicadas a terceiros, pelos motivos seguidamente indicados:

- respeitar as obrigações impostas em disposições normativas e protocolos, assim como na legislação nacional e europeia;
- aplicar legislação exigida pelas autoridades públicas;
- no decorrer de mandatos judiciais;
- permitir a defesa da ACDSFVR em tribunal, por exemplo, no caso de violações cometidas pelo titular dos dados ou por terceiros.

As entidades referidas tratam as informações na qualidade de Responsável independente pelo Tratamento de Dados. Nessa medida, a utilização dos dados por parte destas entidades não está abrangida pela presente Política de Privacidade.

8 Transferências internacionais de dados pessoais

Atendendo à tipologia de serviços prestados pela ACDSFVR, não ocorrem transferências internacionais de dados pessoais.



9 Carácter opcional ou obrigatório do consentimento prestado pelo titular dos dados

O fornecimento dos dados pessoais pelo titular dos dados é obrigatório para o estabelecimento da relação contratual dos serviços solicitados, do vínculo laboral ou da relação de parceria/fornecimento. O titular dos dados reconhece e aceita que a eventual recusa em fornecer os dados pessoais necessários irá impossibilitar a continuidade da relação existente.

10 Segurança

A ACDSFVR desenvolve os melhores esforços para proteger os seus dados pessoais contra a destruição, perda, alterações acidentais ou ilícitas e divulgação ou acessos não autorizados.

Para o efeito a ACDSFVR utiliza sistemas de segurança, regras e outros procedimentos, de modo a garantir a proteção dos seus dados pessoais, bem como para prevenir o acesso não autorizado aos dados, o uso impróprio, a sua divulgação, perda ou destruição.

11 Prazo de preservação, conservação e eliminação de dados pessoais

A ACDSFVR acede, utiliza, trata, arquiva e armazena informações e dados pessoais unicamente para os fins descritos na presente Política de Privacidade e em conformidade com o consentimento manifestado pelo titular dos dados, se necessário. Em termos concretos, a ACDSFVR faz a recolha de informações pessoais de acordo com:

- Os fins para que foram recolhidos;
- O consentimento manifestado pelo titular dos dados;
- As normas e legislação nacional.

A conservação e a eliminação das informações e dados pessoais é efetuada no tempo considerado necessário para os fins da recolha e posterior tratamento, nomeadamente, no respeito pelo eventual período de retenção necessário nos termos da legislação aplicável (por exemplo, conservação de documentação contabilística).

Caso exerça os seus direitos (de oposição, de limitação, de apagamento ou outro), deixando de usufruir dos Serviços da ACDSFVR, os seus dados serão eliminados com exceção daqueles necessários para efeitos de cumprimento de obrigações contratuais, administrativos, fiscais, contabilísticos ou legais posteriores à cessação do uso do serviço pelo titular dos dados.

Assim que as obrigações acima referidas sejam cumpridas, os seus dados serão, em qualquer dos casos, eliminados definitivamente. Informamos também que esses dados serão recolhidos, tratados e armazenados em total conformidade com as disposições da legislação nacional e europeia em vigor.

12 Dados referentes a titulares de dados menores de 13 anos

A ACDSFVR, no âmbito da sua tipologia de atividade, não recolhe informação pessoal de menores de 13 anos.



13 Oposição à recepção de contactos para fins de divulgação de atividades

A ACDSFVR pode promover ações de divulgação junto dos seus Clientes/Colaboradores/Fornecedores/Parceiros/Outros Utilizadores de novos serviços ou atividades, nomeadamente através de telefone, e-mail, SMS, MMS ou qualquer outro serviço de comunicações eletrónicas, caso o titular dos dados pessoais tenha dado o respetivo consentimento.

Caso o titular de dados pessoais não pretenda continuar a recepcionar estas comunicações pode, a qualquer momento, retirar o seu consentimento à utilização dos seus dados para fins de divulgação de atividades.

14 Alterações à política de privacidade

A nossa Política de Privacidade pode ser alterada a qualquer momento e sem aviso prévio, estando disponível para consulta na nossa sede. Qualquer alteração à política de privacidade será publicada nesta página e, se as alterações forem significativas, providenciaremos um aviso mais personalizado.

Vinha da Rainha, 10 de Julho de 2018

A Direcção

Handwritten signatures and a stamp of the Association's Directorate. The stamp includes the text "Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha" and "Direcção".